

**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** XXI Jornada de Pesquisa

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE: UM RECORTE DO PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES<sup>1</sup>**

**Sandra Helena Joris Bertollo<sup>2</sup>, Maria Simone Vione Schwengber<sup>3</sup>.**

<sup>1</sup> Pesquisa elaborada no curso de Mestrado em Educação nas Ciências da Unijuí.

<sup>2</sup> Aluna do Curso de Mestrado em Educação nas Ciências. Bolsista FAPERGS/CAPES, sandrahj.bertollo@gmail.com.

<sup>3</sup> Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências. Orientadora, simone@unijui.edu.br.

### Introdução

Nas últimas décadas as políticas públicas para as mulheres brasileiras foram marcadas por transformações. Uma delas é a inclusão do tema esporte no III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM, um dos principais documentos orientadores de gestão de políticas para as mulheres. Neste Plano estão pautadas as diretrizes, as referências para o desenvolvimento das principais ações de políticas para as mulheres.

O PNPM é um documento governamental. A primeira versão foi editada em 2004, a segunda em 2007 e a terceira, mais recente, em 2013. Todos estes Planos são resultado das discussões e sistematizações da I, II e III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, respectivamente.

A organização estrutural do III PNPM se distribui em dez capítulos. Cada um deles trata de uma temática relacionada a problemas que as mulheres brasileiras enfrentam, a saber: 1) Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica; 2) Educação para igualdade e cidadania; 3) Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; 4) Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; 5) Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; 6) Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social; 7) Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta; 8) Cultura, esporte, comunicação e mídia; 9) Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; 10) Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência.

Neste estudo foi escolhido um de seus capítulos como objeto de análise, o capítulo 8 – Cultura, esporte, comunicação e mídia. O objetivo é compreender, como – do ponto de vista das ênfases, tensões e desafios – a temática do esporte é apresentada no III PNPM.

### Metodologia

O estudo foi inspirado na pesquisa documental. A pesquisa documental permite observar que conceitos, comportamentos, práticas emergem, quais são substituídos ou desaparecem em determinadas épocas. “O documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social” (CELLARD, 2012, p. 295). Para realizar a pesquisa recorreremos às três edições dos planos nacionais de políticas para as mulheres e a produções científicas de bancos de dados e repositórios de universidades disponibilizados na internet.

### Resultados e discussão

Na esteira das políticas públicas brasileiras contemporâneas, o direito ao esporte (e ao lazer) emerge na Constituição Federal de 1988. Ela assegura no artigo 217 que é dever do Estado incentivar

**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** XXI Jornada de Pesquisa

práticas desportivas formais e não formais, e do poder público incentivar o lazer como forma de promoção social de homens e de mulheres. No artigo 6º o lazer é indicado como um direito social, no mesmo nível de direitos como: saúde, educação, trabalho.

Com esta conquista legal, as políticas públicas de esporte e lazer tendem a se fortalecer com este status de direitos sociais. Por sua vez os direitos sociais são atrelados ao status de cidadania, almejam intervir na vida das pessoas de forma a promover o bem estar delas. Assim, esporte e lazer passam a se vincular a ideia de “garantia da cidadania”, esse discurso fortalece as ações governamentais de tal espécie (RIBEIRO, 2011). Entretanto, apesar destes direitos estarem assegurados constitucionalmente a implementação das políticas públicas demonstra ações incipientes quanto as questões de gênero, de modo particular para as mulheres.

A temática do esporte no capítulo 8 do III PNPM emerge num contexto em que são notáveis as modificações pela qual o esporte vem passando, particularmente desde fins dos séculos XIX e XX. Surgido na Inglaterra no século XIX, sua difusão pelo mundo se deu com os desdobramentos da Segunda Revolução Industrial, com a expansão dos mercados econômicos internacionais. Contemporaneamente o esporte passa a ser compreendido como uma das mais relevantes manifestações culturais dos séculos XX e XXI (PRIORE e MELO, 2009), exercendo efeitos desde na moda, no culto ao corpo, na alimentação, na dinâmica das cidades, no estilo de vida ativo, até na construção de identidades socioculturais das nações. E assim, o esporte vem se transformando em um fenômeno que é plural.

Quanto às duas edições anteriores, os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres não incluíam um capítulo que contemplasse em seu título o termo esporte. Entretanto, o III PNPM inovou e tornou-se o primeiro documento (apresentando objetivos, propondo metas, linhas e planos de ação) produzido em conjunto pelo governo brasileiro e pela sociedade civil a trazer a preocupação relacionada ao esporte para as mulheres. Parece que é no desdobramento deste Plano que emergem alguns sinais de ruptura, ou seja, representações de que as mulheres são sujeitos de direitos também no campo das práticas esportivas.

Desse modo, o capítulo 8 do III PNPM chama a atenção e problematiza a desigualdade distribuída entre homens e mulheres no universo do esporte. Justifica que durante séculos as práticas esportivas foram vedadas às mulheres, com o argumento de que elas (as mulheres) eram seres frágeis, devido à natureza de seu sexo. E que as explicações, para a supremacia masculina, pautadas no cunho biológico, ratificavam a fragilidade dos órgãos reprodutivos e a exigência do seu cuidado para assegurar uma maternidade sadia (GOELLNER, 2003).

O capítulo 8 do III PNPM entende o esporte, a cultura esportiva, como um fenômeno social da atualidade importante para a busca de igualdade de direitos, visibilidade e ascensão social das mulheres. Todavia, no que tange as desigualdades, aponta que há desafios a enfrentar para que as mulheres possam desfrutar do esporte:

A começar pela permanência da representação estigmatizada de que algumas modalidades masculinizam as mulheres e por essa razão devem ser evitadas. Além disso, ainda está viva a ideia de que algumas modalidades esportivas são impeditivas às mulheres, pela crença de que demandam grande esforço físico e são consideradas violentas (GOELLNER, 2012).

Do mesmo modo, nos esportes de rendimento, as restrições se dão de diversas maneiras. Os recursos destinados para patrocínios e salários para as mulheres são menores. Em algumas modalidades, a realização de campeonatos é restrita ou inexistente.

**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** XXI Jornada de Pesquisa

Quanto aos meios midiáticos muitas vezes a vinculação de imagens de mulheres são associadas à erotização, destacando seus atributos estéticos e não sua habilidade esportiva (TRINCA, 2008). Quando se destacam na prática de alguma modalidade ou conquistam funções como treinadoras, árbitras não é raro que suas competências profissionais sejam desvalorizadas em virtude do destaque dado à erotização do corpo feminino.

Ainda em relação às desigualdades o capítulo 8 do III PNPM também aponta que há desafios a enfrentar em relação à restrição de tempo e disponibilidade. Uma vez que o documento reconhece que ao longo da história o esporte e lazer das mulheres vêm sofrendo limitações, “em grande parte resultantes da influência da divisão sexual do trabalho” (BRASIL, 2013, p. 74). Quando se soma a quantidade de tempo que as mulheres aplicam no trabalho remunerado e a quantidade aplicada nas tarefas do lar, o total de seu tempo de trabalho é assustador (ABRAMS, 2001).

Outro entrave apontado no capítulo 8 é o discurso legitimado de que os espaços e equipamentos públicos são exclusividade dos homens. Ele destaca que o esporte e o lazer das mulheres difere dos homens num ponto crucial: o deles é público e o delas é privado (marcadamente familiar). As marcas deixadas pela supremacia masculina, ainda que minimizadas atualmente, são visíveis pelo espaço diferenciado que homens e mulheres ocupam nos campeonatos esportivos, parques, praças, ginásios, estádios (GOELLNER, BOTELHO-GOMES e SILVA 2012).

O capítulo 8 do III PNPM reconhece essas desigualdades das mulheres no universo das práticas esportivas. Desse modo, enfatiza que “é papel também das políticas públicas alterar essa dinâmica e garantir às mulheres pleno direito [ao esporte] e ao lazer” (BRASIL, 2013, p. 75).

#### Considerações finais

A inserção do tema esporte no capítulo 8 do III PNPM possibilita pensar que a ascensão do esporte como um fenômeno social de relevada abrangência. Suas diferentes manifestações no cotidiano das sociedades provavelmente contribuiu para que a discussão na busca da igualdade entre homens e mulheres nas práticas esportivas avançasse na agenda das políticas públicas para as mulheres. Nesta direção, as ideias, discursos, práticas de esporte necessitam ser revisitadas, problematizadas, compreendidas como desigualdades históricas, para assim viabilizar a inserção das mulheres numa dimensão política da vida de modo ampliado.

A possibilidade de romper com as fronteiras políticas, sociais e culturais que acentuam o apagamento da igualdade de gênero implica no desenvolvimento de ações políticas, políticas públicas e aporte da sociedade civil que incorporem o recorte de gênero. Parece não ser possível falar em igualdade, sem antes tratar das dinâmicas sociais que produzem as desigualdades de gênero. Nesta perspectiva, o III PNPM pode ser uma das possibilidades de postular outros sentidos à contemporaneidade das mulheres brasileiras nos diversos espaços que elas ocupam, incluindo os esportes.

**Palavras-chave:** Direitos sociais; Gênero; Práticas esportivas.

**Agradecimentos:** À FAPERGS e à CAPES pelo apoio financeiro desta pesquisa.

#### Referências

**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** XXI Jornada de Pesquisa

ABRAMS, Rebecca. *Jogo de cintura*. Tradução de Eliane Fraga. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 2001.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016.

CELLARD, André. *A análise documental*. In: POUPART, Jean et al. (org). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 3ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, (Coleção Sociologia).

GOELLNER, Silvana Vilodre. *A produção cultural do corpo*. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. *Corpo, Gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOELLNER, Silvana Vilodre. *Mulheres e esporte: sobre conquistas e desafios*. Edição Especial da Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012. 91 p. Disponível em: [file:///C:/Users/user/Downloads/Revista%20Observatorio2%20-%2030-11\\_final\\_portugues%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/Revista%20Observatorio2%20-%2030-11_final_portugues%20(1).pdf). Acesso em: 16 jan. 2016.

GOELLNER, Silvana Vilodre; BOTELHO-GOMES; SILVA, Paula. *Sobre os feminismos, o esporte e o potencial pedagógico dessa relação*. Labrys, études féministes/estudos feministas, juillet/décembre 2012 - julho /dezembro 2012. Disponível em: [http://www.labrys.net.br/labrys22/education/silvana.htm#\\_ftn5](http://www.labrys.net.br/labrys22/education/silvana.htm#_ftn5). Acesso em: 28 jan. 2016.

PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade de. *Apresentação*. In: PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade de (orgs.). *História do esporte no Brasil: do império aos dias atuais*. São Paulo, Editora UNESP, 2009. 568 p.

RIBEIRO, Sheylazarth. *Políticas sociais: reflexões sobre esporte e cidadania*. 2011. Disponível em: [http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=7944&Itemid=217](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7944&Itemid=217). Acesso em: 25 fev. 2016.

TRINCA, Tatiane Pacanaro. *O corpo-imagem na cultura do consumo: uma análise histórico-social sobre a supremacia da aparência no capitalismo avançado*. 2008. 154 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2008. Disponível em: [http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/99271/trinca\\_tp\\_me\\_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/99271/trinca_tp_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 20 fev. 2016.